

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA**

Caroline Martins Valli

**O que pensam as famílias sobre a importância
da educação infantil como primeira etapa da educação básica?**

Porto Alegre
2. semestre
2011

Caroline Martins Valli

O que pensam as famílias sobre a importância
da educação infantil como primeira etapa da educação básica?

Trabalho de Conclusão apresentado como
requisito parcial e obrigatório para aprovação
na Disciplina EDU 02003 e conclusão do
Curso de Pedagogia – Licenciatura, da
Faculdade de Educação da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora:

Profa. Dra. Simone S. de Albuquerque

Porto Alegre

2. semestre

2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus amados pais, Antônio e Gizelda, que não mediram esforços para colaborarem com este sonho.

Agradeço os meus irmãos, Rodrigo, Manuella e Mariana, por fazerem parte de minha vida somando alegrias e dividindo as tristezas.

A minha querida tia Bia pelas risadas e as palavras de carinho.

Ao meu namorado Pedro, que torna a minha vida mais feliz.

A minha querida orientadora Simone, que me apoiou e me proporcionou novas reflexões sobre a prática docente.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de conhecer o sentido atribuído pelas famílias às escolas de educação infantil, bem como verificar qual a importância desta etapa da educação para o processo de escolarização dos seus filhos. Visando, assim, refletir e provocar novos olhares sobre a escola de educação infantil. A metodologia utilizada foi a coleta de dados, com base em questionários aplicados às famílias de um grupo de crianças do Jardim A, pertencentes a uma Escola Municipal de Educação Infantil localizada na periferia urbana de Porto Alegre. Fundamentaram teoricamente este trabalho autores como Ariès(1981), Kuhlmann (1998), Lahire (1997), Dornelles (2005), Casanova (2011), dentre outros. O estudo permitiu constatar que a maioria das famílias pesquisadas recorre à Educação Infantil para poder trabalhar e consideram que ela tem o papel de ensinar, educar e oportunizar o desenvolvimento das crianças. Quanto à contribuição da educação infantil para o processo de escolarização de seus filhos expressam que “é a base”, por intermédio da qual as crianças aprendem e se desenvolvem, tendo em vista os diversos conhecimentos e interações entre seus pares no cotidiano da instituição. Neste sentido, para as famílias pesquisadas, a educação infantil consolida-se como uma experiência educativa “*muito importante*”, legitimando-se como a primeira etapa da educação básica.

Palavras-chaves: família, escola, educação infantil.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	5
2. A construção social da infância: tecendo relações.....	6
2.1 Educação infantil no Brasil.....	18
3. A pesquisa: percurso e metodologia.....	24
3.1 O perfil das famílias entrevistadas	26
4.1 Quais os sentidos atribuídos pelas famílias à escola de educação infantil.....	27
5. Considerações finais.....	35
6. Referências.....	36
7. Anexos.....	37

INTRODUÇÃO

Durante o curso de Pedagogia, realizei algumas mini práticas que me permitiram exercitar a docência, levantando questões para reflexão, avaliação e (re)fazer da prática docente. Porém, durante o período de estágio – 21/03/2011 a 30/06/2011 – me deparei, de fato, com a realidade da docência, dificuldades, inquietudes, novas descobertas, desafios a serem superados e novos questionamentos específicos que surgem quando entramos em contato com a escola por um período maior e mais intenso, pois há a oportunidade de vivenciar a complexidade que emerge da/na escola.

Durante este período, surgiram algumas situações como a vivenciada por mim, na hora da saída de uma das crianças, escutei: “*por que a escola não é 24 horas*”. E outra situação que também me chamou a atenção é o não comparecimento das famílias nas entregas de avaliações dos alunos.

Buscando refletir sobre estas inquietações é que surgiu o interesse pelo tema da presente pesquisa: o que pensam as famílias sobre a importância da educação infantil como primeira etapa da educação básica?

Este trabalho tem o objetivo de compreender o sentido atribuído pelas famílias à escola de educação infantil para verificar a importância desta etapa da educação no processo de escolarização dos seus filhos. Visando, assim, provocar novos olhares e reflexões sobre tema, contribuindo para que a escola possa ser provocada na construção pedagógica para que dê conta das expectativas e necessidades das famílias.

Para tanto, na primeira parte do trabalho, faço uma retomada histórica sobre a infância, a família e a escola. Na segunda, falo especificamente da Educação Infantil no Brasil. E na última parte, apresento o resultado da pesquisa sobre o que pensam as famílias a respeito da educação infantil.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA: TECENDO RELAÇÕES

A educação das crianças pequenas, por muito tempo foi considerada responsabilidade única da família e do grupo social ao qual pertencia. Era com os adultos e demais crianças que se aprendia a se tornar membro de um grupo, participar das tradições consideradas importante e apropriar-se de conhecimentos que lhes seriam necessários para a vida adulta. Por um bom período da história da humanidade, nenhuma instituição incumbiu-se de compartilhar a responsabilidade pela criança com seus pais e com a comunidade da qual faziam parte. O fato é que, historicamente, o papel da criança sempre foi definido pelas expectativas dos adultos e esse anseio mudou muito ao longo da história (Kuhlmann e Fernandes, 2004 apud, Casanova, 2011, p.8).

O surgimento da infância...

No ocidente é apresentado a partir dos estudos de Philippe Ariès (1981) quando fala sobre a origem da infância na França durante o Antigo Regime. As crianças eram tidas como adultos de tamanho menor, adultos em miniatura, diferindo das outras pessoas apenas por serem menores e participavam livremente dos eventos do cotidiano e de todas as atividades da comunidade: ritos, costumes, festas, lutas e jogos. Adquiriam conhecimentos da vida nas interações com os adultos, compartilhando dos seus trabalhos e de suas brincadeiras, ora misturadas com os adultos, ora misturadas com outras crianças. Antes do século XVII, não havia a “infância”, crianças e adultos trabalhavam, viviam e testemunhavam nascimentos, doenças e mortes conjuntamente da mesma maneira que participavam da vida pública, das festas, guerras, audiências, execuções, etc.

Segundo Ariès (1981), era muito alta a mortalidade infantil, e este fato era tido como algo natural. Durante muito tempo conservou-se o hábito de enterrar em casa, no jardim, a criança morta sem batismo. Na sociedade medieval, o sentimento da infância não existia – consciência da particularidade infantil, particularidade que distingue a criança do adulto. As crianças que já tinham condições de viver sem os cuidados da mãe ou da ama ingressavam na sociedade dos adultos e não mais se distinguia deles.

Aparecia na arte, na iconografia e na religião uma tendência que procurava exprimir a personalidade que se admitia existir nas crianças, dando um sentido poético e familiar. Esse novo sentimento que florescia, tornava a criança por sua ingenuidade, gentileza e graça, uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto, trazendo um sentimento de “paparicação”. Originalmente, esse sentimento pertencia às mulheres, encarregadas de cuidar das crianças – mães ou amas depois se tornou um sentimento que não era mais negado pelos demais membros da família.

Mas, foi entre os moralistas e os educadores do século XVII que se formou outro sentimento de infância, que acabou por inspirar toda a educação até o século XX. O apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas agora o interesse era sobre questões psicológicas, morais, disciplinares e com a racionalidade dos costumes, procurava-se penetrar na mentalidade das crianças para melhor adaptar a seu nível os métodos de educação. (ARIÈS, 1981).

Dornelles (2005) nos diz que entender as condições históricas da emergência do sentimento de infância possibilita também a compreensão de que esse sentimento começa a se fazer necessário. Inventá-lo foi uma estratégia de governo para preservar as crianças de diversas práticas, como a dos hospícios de menores abandonados, a criação dos filhos por amas de leite e a da educação artificial das crianças ricas. E acima de tudo, de impedir a alta mortalidade de crianças. O governo dos infantis, enquanto população constituiu-se num certo sentido como uma tomada de poder sobre as crianças, a fim de fazê-las viver e deixar tornarem-se adultos úteis a sociedade. Conforme a autora, os discursos médicos e higiênicos produziram como efeito novas práticas familiares que colaboraram para a preservação da vida dos infantis, impondo às mães o amor e o cuidado de seus filhos.

A invenção da infância está associada a uma série de práticas no que diz respeito à vida e ao cuidado das crianças, tornando-as cada vez mais dependentes dos adultos. Assim, a criança passou a ser cada vez mais capturada pelas instituições e interdita em suas atividades pelos moralistas. Sendo toda forma de controle e vigilância cada vez mais uma possibilidade para a institucionalização e escolarização massiva da infância no século XIX. Isto acaba possibilitando o

aparecimento de uma pedagogia “centrada na vida” e que respeita o desenvolvimento infantil: da irracionalidade para a racionalidade. (DORNELLES 2005).

Conforme Cambi e Ulivieri 1988 (apud Kuhlmann 1998, pg.17) há dois grandes setores da história da infância, compostos pela história social da infância – que estuda as suas condições de vida, as instituições, as práticas de controle, a família, a escola, a alimentação, os jogos, a vida material e social -, e o segundo, envolvendo os aspectos ligados ao imaginário, que trata de colher as variações que intervêm na história das mentalidades em relação ao fenômeno infância.

Para Kuhlmann (1998), o panorama das possibilidades de pesquisa mostra as potencialidades de uma perspectiva de investigação que busca uma maior aproximação ao ponto de vista da criança, porém os escassos registros são na sua totalidade produzidos por adultos. A criança, assim, não escreve sua história. A história das crianças é sempre uma história sobre as crianças, mesmo que levamos em conta essa fase da vida, caracterizando-a como uma realidade distinta do adulto, não podemos nos esquecer de que são adultos pesquisando e escrevendo sobre elas. Por um lado, a infância seria outro mundo, do qual nós produzimos uma imagem mítica, por outro lado, não haveria outro mundo, a interação seria o terreno em que a criança se desenvolve. A participação das crianças nas relações sociais, e este não sendo exclusivamente um processo psicológico, mas social, cultural, histórico. As crianças buscariam essa participação, apropriando-se de valores e comportamentos próprios de seu tempo e lugar, porque as relações sociais são parte integrante de suas vidas, de seu desenvolvimento.

Ainda para este outro, é preciso considerar a infância como uma condição de criança. Sendo o conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais muito mais do que uma representação dos adultos sobre esta fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais e reconhecê-las como produtoras da história. Ficando, assim, difícil de afirmar que uma determinada criança teve ou não teve infância. Sendo melhor perguntar como é, ou como foi, a sua infância (KUHLMANN 1998).

Vimos que o sentimento da infância, que conhecemos hoje (uma fase específica da criança, um período de desenvolvimento) nem sempre existiu. A

evolução deste sentimento começou a partir das preocupações expressadas por moralistas e religiosos para preservar a criança do convívio com os adultos. Com essas mudanças na visão sobre a particularidade do ser infantil, definiu-se o lugar adequado para sua aprendizagem – a escola. As crianças retornaram as suas famílias e ocorreu uma aproximação entre pais e filhos.

Este novo sentimento sobre a infância faz com que a criança seja vista de uma forma diferente, esta ganha um espaço importante dentro da sua família. Agora as famílias centram-se em torno das crianças, o que provocou mudanças na organização das famílias e as aproximou sentimentalmente.

As famílias e a criança...

O sentimento da família, que emerge nos séculos XVI e XVII, é inseparável do sentimento da infância. Na sociedade medieval, os laços de sangue constituíam dois distintos grupos: a família, que pode ser comparada à nossa família conjugal moderna; e a linhagem, que estendia sua solidariedade a todos os descendentes de um mesmo ancestral. A primeira, embora não se estendesse a toda a linhagem, compreendia os membros que residiam junto. E sua evolução acarretou no enfraquecimento da linhagem, único sentimento de caráter familiar conhecido na Idade Média. Porém, ele é muito diferente do sentimento de família que emergiu nos séculos XVI e XVII que estava ligado a casa, ao governo da casa e à vida na casa. Esse novo sentimento estava muito ligado ao sentimento da infância. Ele afasta-se cada vez mais das preocupações com a honra da linhagem ou com a integridade do patrimônio, ou com a antiguidade ou permanência do nome: brota apenas da reunião incomparável dos pais e filhos. Enquanto enfraqueciam os laços da linhagem, a autoridade do marido dentro de casa tornava-se maior, a mulher e os filhos se submetiam mais estritamente. Começa uma mudança de hábitos e a família torna-se a célula social, agora com outros valores. A exaltação medieval da linhagem, de sua honra, da solidariedade entre seus membros, era um sentimento especificamente leigo, que a Igreja ignorava, quando não via com desconfiança.

Na Idade Média, a Igreja não via com bons olhos o sentimento de exaltação da linhagem, também não conhecia o princípio moderno de santificação da vida leiga, ou seja, só admitia em casos excepcionais (o santo rei, ou o cavaleiro). O

sacramento do casamento passou a enobrecer a união conjugal e lhe deu um valor espiritual bem como para a família. Os progressos do sentimento da família e os da promoção religiosa do leigo seguiram caminhos paralelos, assim o sentimento moderno da família, ao contrário do sentimento da linhagem, penetrou na devoção comum. Costumes dessa devoção apareceram nos vitrais das Igrejas, era costume da época encomendar vitrais para oferecer à Igreja, contendo o retrato da família, ou o de retratos de santos padroeiros do marido, assim, o culto do santo padroeiro, tornou-se um culto de família (ARIÈS, 1981).

Outro componente religioso do sentimento da família também se mostra presente no tema do *benedicite* – oração feita pela menor criança da casa nos momentos das refeições. Portanto, não é mais a um menino do grupo, e sim a menor criança da casa que cabe a honra de dizer o *benedicite*, aparece aí um sinal da promoção da infância no sentimento no século XVI, mas o mais importante foi o fato da criança ter sido associada à principal prece da família, durante muito tempo a única prece dita em comum pela família reunida. Esta cena familiar presente na iconografia, atribuía a essa prece uma significação nova. O tema evocava e associava três forças afetivas: a religiosidade, o sentimento da infância, e o sentimento da família (ARIÈS, 1981).

Conforme Ariès (1981) a família transformou-se na medida em que modificou suas relações internas com a criança. Porém, como as crianças permaneciam na casa dos seus pais só até a idade de sete ou nove anos, para então ingressarem na escola ou no mundo dos adultos (colocava-se tanto os meninos como as meninas, nas casas de outras pessoas, para tornarem-se “aprendizes”) não havia laços afetivos muito fortes. Esta atitude era para que as crianças aprendessem as boas maneiras, os numerosos contratos de aprendizagens que confiavam crianças a mestres provam como era difundido o hábito de entregar as crianças a famílias estranhas. Às vezes, era especificado que o mestre deveria “ensinar” a criança e “mostrar-lhe os detalhes de sua mercadoria”, ou que deveria “fazê-la freqüentar a escola, casos que eram poucos. A principal obrigação da criança era servir ao seu mestre. O servidor deveria saber servir à mesa, fazer as camas, acompanhar seu mestre, desempenhando também uma função de secretário. Este foi o único serviço que durante muito tempo se conheceu, o serviço doméstico não implicava em nenhuma degradação e não despertava nenhuma repugnância. Além disso, não era

considerado um estado definitivo, e sim um estágio, um período de aprendizagem, que era uma forma muito comum de educação (ARIÈS, 1981).

Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não a seu filho, mas ao filho de outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que possuía. Essa aprendizagem era um hábito muito difundido em todas as condições sociais. Porém esta situação, não permitia os estreitamentos dos laços afetivos entre os entes familiares.

Outra questão trazida por Ariès (1981) é a sociabilidade da época, onde o essencial era manter as relações sociais com o conjunto do grupo onde se havia nascido, e elevar a própria posição através de um uso hábil dessa rede de relações. A arte de fazer sucesso era a arte de ser agradável e “amável” em sociedade. O futuro de um homem dependia da sua reputação. Por isso, entende-se a importância dada aos manuais de civildade. Essa sociabilidade durante muito tempo se havia oposto à formação do sentimento familiar, pois não havia intimidade. O equilíbrio entre a família e a sociedade não iria resistir à evolução dos costumes, e aos novos progressos da intimidade.

No século XVIII, a família começou a manter a sociedade à distância, a confiná-la a um espaço limitado, aquém de uma zona cada vez mais extensa de vida particular. E a organização da casa passou a corresponder a essa nova preocupação de defesa contra o mundo. Era já a casa moderna, que assegurava a independência dos cômodos. A intimidade, a discricção, e o isolamento, foi uma das manifestações desses fenômenos. Não se usava mais ir à casa de um amigo ou sócio a qualquer hora, sem prevenir. Agora, trocavam-se cartões através dos criados, nova postura imposta pelo novo código de maneiras.

Outra marca mais característica dessa família é a preocupação entre a igualdade entre os filhos, a desigualdade entre os filhos passa a ser considerada uma injustiça intolerável. A criança conquistou um lugar junto se seus pais, que não poderia ter acontecido no tempo em que o costume mandava que ela fosse confiada a estranhos. A volta das crianças ao lar deu à família do século XVII sua principal característica, que a distinguiu das famílias medievais. A criança tornou-se um elemento indispensável da vida quotidiana, e os adultos passaram a se preocupar com sua educação, carreira e futuro. Essa família, ainda não era a família moderna, distinguia-se desta pela enorme massa de sociabilidade que conservava. Onde ela

existia, ou seja, nas grandes casas, ela era um centro de relações sociais, a capital de uma pequena sociedade complexa e hierarquizada, comandada pelo chefe de família. A família moderna, ao contrário separa-se do mundo e opõe à sociedade o grupo solitário dos pais e filhos. Toda energia do grupo é consumida na promoção das crianças, cada uma em particular, e sem nenhuma ambição coletiva: as crianças mais do que a família (ARIÈS, 1981).

Percebe-se que as famílias e as relações familiares foram se modificando a medida que a sociedade também se modificava. Surgiram novos sentimentos sobre a criança e sobre a família. As famílias contemporâneas ocidentais, também, conheceram numerosas e profundas transformações a partir dos anos 1960, desde então, o modelo ideal de família – o casal, pai, mãe e filhos - perde vigor e declina à medida que as mulheres se inserem no mercado de trabalho, tendo de conciliar a atividade profissional com a responsabilidade familiar. Mas esse não foi o único elemento mobilizador das mudanças no interior da família, outros como o controle da fecundidade por meio da contracepção e o aumento do número de divórcios, de uniões livres e de recomposições familiares, também contribuíram para o surgimento de outras formas de vida familiar. Essa diversidade tem por efeito a modificação do calendário familiar, já que os casamentos ou as uniões acontecem mais tardiamente e, conseqüentemente, os nascimentos também. As trajetórias familiares conhecem maior mobilidade conjugal. Neste sentido, o pluralismo familiar é o resultado de uma transformação profunda das relações de gênero e da emergência de um novo equilíbrio entre autonomia individual e pertencimento familiar (SINGLY 2007).

As famílias pesquisadas, neste trabalho, apresentam diferentes configurações. Há famílias constituídas por pai, mãe e filhos, mas a grande maioria das famílias é composta por mães, avós e filho/a (os/as) que dividem a mesma residência. E, estas mães e avós trabalham. Este motivo gera a principal justificativa para a matrícula dos seus filhos na escola de educação infantil. A maioria das crianças da turma frequenta a escola pelo menos há três anos.

O papel da família na socialização infantil está diminuindo cada vez mais, perdendo suas funções anteriores, agora assumidas por outras instituições. A família se define por sua função de apoio emocional aos seus membros. Restando, principalmente, incumbir-se da construção da personalidade das crianças. Nessa perspectiva, tudo aquilo que uma instituição toma para si como responsabilidade é

retirado da família. É difícil entender a família moderna, sem referi-la a história da escolarização. A escola criou uma idéia particular da infância que demandou uma tomada de consciência da inocência e da delicadeza da infância e, assim, do dever dos adultos de preservar uma e de fortalecer a outra (SINGLY 2007).

A escola traz a criança para junto de sua família, mesmo que a princípio a afaste geograficamente a criança da sua família, elas se aproximam afetivamente. Graças à escola, a criança é entregue à sua família: como se a família moderna nascesse ao mesmo tempo em que a escola. A idéia de uma família centrada nas pessoas e não nas coisas foi completada pela idéia do papel decisivo da escola. Assim, o grande acontecimento se deu no início dos tempos modernos com o reaparecimento da atenção à educação. A família moderna não se define exclusivamente pelo sentimento familiar, ela se baseia nas preocupações educativas. Essas duas dimensões não são incompatíveis: a criança pode ser ao mesmo tempo, objeto de afeição e de ambição (SINGLY, 2007).

Conforme os resultados da pesquisa, as famílias apresentam preocupações educativas para com os seus filhos. Nas respostas ao questionário sobre o papel e importância da escola de educação infantil, a maioria (11 famílias) destacou aspectos como ensinar, educar, aprender, socializar e que esses conhecimentos fariam diferença na seguinte etapa da escolarização.

A escola e as famílias...

Como vimos, a primeira forma de educação acontecia através dos contratos de aprendizagem, onde as crianças eram enviadas a outras famílias para aprender boas maneiras, valores e também um ofício. Assim, nessa época, a família não podia alimentar sentimentos existenciais profundos entre pais e filhos. A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. Também não havia lugar para a escola nessa transmissão através da aprendizagem direta de uma geração a outra. A escola era destinada apenas aos clérigos (mesmo estes eram confiados a um clérigo ou a um padre), e a escola era uma exceção, a regra comum a todos era a aprendizagem. Houve casos em que a aprendizagem perdeu seu caráter empírico e assumiu uma forma mais pedagógica: as escolas de caça, ensino técnico oriundo da aprendizagem tradicional - onde se ensinava as maneiras e condições que devia

ter aquele que desejasse ser bom caçador. É possível também que alguns tipos de ensino técnico, como o da escrita, tenham se originado de uma aprendizagem já organizada e escolarizada (ARIÈS, 1981).

As realidades e os sentimentos da família se transformaram, através de uma revolução profunda e lenta. O fato essencial é a extensão da freqüência escolar, não mais reservada aos clérigos. Essa passa a ser um instrumento normal da iniciação social, da passagem do estado da infância ao do adulto. Dessa época em diante, a educação passou a ser fornecida cada vez mais pela escola. Essa evolução correspondeu a uma necessidade nova de rigor moral, da parte dos educadores, a uma preocupação de isolar a juventude do mundo dos adultos. Correspondeu também a uma preocupação dos pais de vigiar seus filhos e de ficar mais perto deles, e não abandoná-los mais, mesmo temporariamente, aos cuidados de outra família. A substituição da aprendizagem pela escola exprime uma aproximação da família com a criança, e do sentimento da família com sentimento da infância (ARIÈS, 1981).

Porém, a criança não ficou desde o início junto com seus pais, deixava-os para ir a uma escola distante, também se discutia as vantagens de enviar a criança para o colégio. Muitos defendiam a educação em casa, com um preceptor. Contudo, o afastamento escolar não tinha o mesmo caráter dos contratos de aprendizagens e não durava tanto quanto a separação do aprendiz. E o afastamento causado pela escola, devido aos poucos números de colégios, não seria tolerado por muito tempo. Ocorreu um esforço dos pais no sentido de multiplicar as escolas a fim de aproximá-las das famílias. No início do século XVII, criou-se uma rede muito densa de instituições escolares de importância diversa. Em torno de um colégio com a série completa de classes, estabelecia-se um sistema concêntrico formado por alguns colégios de Humanidades (sem filosofia) e de um maior número de escolas latinas (com classes de gramática). Essa escolarização, tão cheia de conseqüências para a formação do sentimento familiar, não foi imediatamente generalizada, ao contrário. Ela não afetou uma vasta parcela da população infantil, que continuou a ser educada segundo as antigas práticas de aprendizagens (ARIÈS, 1981).

Quanto à educação das meninas, esta aconteceu por muito tempo dentro das casas, poucas eram enviadas a pequenas escolas ou a conventos. A extensão da escolaridade às meninas não se difundiu antes do século XVIII e início do XIX. No

caso dos meninos, a escolarização estendeu-se primeiro à camada média da hierarquia social. A alta nobreza e os artesões permaneceram ambos fiéis à antiga aprendizagem. Esse costume acabou no século XVII, substituído pelas Academias. As sobrevivências da antiga aprendizagem nas duas extremidades da escala social não impediram seu declínio: a escola venceu através da ampliação dos efetivos, do aumento do número de unidades escolares e de sua autoridade moral (ARIÈS, 1981).

Os colégios eram destinados aos clérigos ou para estudantes pobres, a partir do século XV, essas instituições tornaram-se institutos de ensino. O estabelecimento definitivo de uma regra de disciplina completou a evolução da escola medieval, simples sala de aula, ao colégio moderno, instituição complexa, não apenas de ensino, mas de vigilância e enquadramento da juventude. Essa evolução da instituição está ligada a uma evolução paralela do sentimento das idades e da infância. No início, o senso comum aceitava sem dificuldade a mistura das idades, depois em favor das crianças menores começaram a separá-las para o estudo da gramática, e com os maiores para o estudo de lógica e de física e também aos alunos de artes. A idade de alguns deles lhe permitia exercer fora da escola funções reservadas aos adultos, pois essa separação não os atingia enquanto crianças, e sim enquanto estudantes. Ou seja, não havia um regime infantil ou juvenil, apenas desejava-se proteger os estudantes das tentações da vida leiga, uma vida que muitos clérigos levavam, ou seja, desejava-se proteger sua moralidade. Mesmo que muitos estudantes não estavam comprometidos por nenhum voto, durante seus estudos eles eram submetidos a esse modelo escolar. Os educadores se inspiravam, no espírito das fundações monásticas do século XIII. Então, durante muito tempo a escola permaneceu indiferente à repartição e à distinção das idades, pois o seu objetivo não era a educação da infância, era uma espécie de escola técnica destinada às crianças, aos clérigos, aos jovens ou velhos, ela os acolhia da mesma forma. A divisão em classes separadas e regulares foi bem tardia. Foi com reformadores escolásticos do século XV, que vimos surgir o sentido da particularidade do infantil, o conhecimento da psicologia infantil e a preocupação com um método adaptado a essa psicologia (ARIÈS, 1981).

Nesta evolução do surgimento da escola, cabe ainda ressaltar que muitos não passavam pelo colégio, jovens nobres entravam direto para tropas do exército e a

precocidade da vida era algo normal, as meninas que raramente freqüentavam a escola eram preparadas para casar. Os hábitos escolares diferiam muito menos segundo as condições sociais do que segundo as funções, porém, a partir do século XVIII, a escola única foi substituída por um sistema de ensino duplo, em que cada ramo correspondia não mais a uma idade, mas a uma condição social: o liceu ou o colégio para os burgueses (o secundário) e a escola para o povo (o primário). O secundário era um ensino mais longo, o primário era um ensino curto. Começa, então, a diferença no tratamento escolar da criança burguesa e da criança do povo.

Outro aspecto a destacar trata-se da importância dada à vida social na época, a civilidade correspondia aos conhecimentos práticos necessários para se viver em sociedade, e que não se aprendia na escola. Também existiam os manuais de civilidade, onde se ensinavam boas maneiras, regras de cortesias, de conduta e de moral. Os tratados de civilidade não eram um livro escolar, mas satisfazia uma necessidade de educação, [...] “os bons pedagogos não ensinam apenas as letras às criancinhas, mas, também os bons costumes e as maneiras decentes, ensinam a comer, a beber, a falar e a caminhar”, (ARIÈS, 1981).

A importância dada antigamente para a civilidade, os bons costumes e regras de comportamento, ainda hoje estão presentes como preocupações da escola e da família. É importante para criança que aprenda a se relacionar e a comportar-se adequadamente em nossa sociedade, este sentimento foi constatado no questionamento sobre o papel da educação infantil? Apareceram respostas como: ensinar, convívio social, cuidados... entre outros.

Conforme Dorneles (2005), a partir do século XVII, se assiste ao desaparecimento do adulto pequeno e sua lenta substituição por um novo indivíduo e da prática institucional, o sujeito aprendiz, o sujeito aluno. Prática institucional que se dá a partir da desqualificação da aprendizagem da criança realizada na rua ou em meio aos adultos e no contato com eles. Prática do enclausuramento dos infantis nos colégios, que chamamos de escolarização. E a partir do momento que as crianças passam a constituir, na Modernidade, uma população específica (a infantil), necessita-se de uma forma particular para administrá-las e para isso, precisa conhecer a suas especificidades. As condições de possibilidades para que se dê a institucionalização da criança são: a definição de agentes educativos com uma formação especializada; um estatuto de infância; a instituição de espaços fechados

para proceder à escolarização. Tudo isto acaba por separar definitivamente as crianças dos adultos e capturá-las para dentro das escolas (DORNELLES, 2005).

Podemos perceber que estes três conceitos, infância, família e escola estão intimamente ligados, demonstrando uma história que está inter-relacionada. Também podemos constatar que a partir da concepção da infância como uma particularidade da criança, que passa a precisar de cuidados e educação específica a sua faixa etária, ficou convencionado que a escola seria o lugar adequado para sua educação. Hoje, mais do que antigamente, a escola realiza conjuntamente com a família a função de socializar a criança, pois esta cada vez mais cedo, começa a freqüentar a escola. Então, podemos verificar que as relações estabelecidas entre a escola e a família são de compartilhamento e apoio para desempenharem suas funções de educadoras e socializadoras. Porém, nos dias de hoje, com as transformações sociais, as novas organizações das famílias, a escola passa a ter um papel fundamental de apoio a estas novas famílias.

Nos dias de hoje, a escola infantil desempenha não só um papel social de apoio a família, mas considera-se também, no âmbito das políticas públicas a importância e a especificidade desta etapa da educação básica para o desenvolvimento integral da criança. Podemos perceber, conforme as mudanças na legislação que há uma preocupação em garantir a universalização da educação básica. Para isso é necessário compreender e problematizar a historicidade da educação infantil no contexto do Brasil, já que possui uma história legal recente, pois foi apenas na constituição de 1988 que a educação infantil foi considerada um direito da criança.

EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Há uma diversidade de opiniões sobre as causas e os temas que influenciaram a constituição das instituições pré escolares – creches, escolas maternas e jardins da infância. Kuhlmann (1998) faz uma análise sobre a história dessas instituições, no nosso país, no campo da assistência à infância, como resultado da articulação de interesses jurídicos, empresariais, políticos, médicos, pedagógicos e religiosos, em torno de três influências básicas: a jurídico-policial, a médico-higienista e a religiosa. E além dessa composição, a infância, a maternidade e o trabalho feminino, também, seriam aspectos presentes na história das instituições de educação infantil. Não deixando de reconhecer, que subjacente ao conjunto desses fatores, a questão econômica – entendida de modo amplo, como o processo de constituição da sociedade capitalista, da urbanização e da organização do trabalho industrial – evidencia-se como um fator determinante. Infere o autor que a história das instituições pré escolares não é uma sucessão de fatos que se somam, mas a interação de tempos, influências e temas, em que o período de elaboração da proposta educacional assistencialista se integra aos outros tempos da história dos homens.

Marca-se a entrada da influência médico higienista na década de 1870, nas questões educacionais. Nessa época, consolidaram-se conhecimentos relativos às relações entre microorganismos e doenças. Houve avanços no combate à mortalidade infantil, a pasteurização do leite permitindo que o uso da mamadeira fosse difundido. Também, multiplicaram-se as chamadas consultas de lactantes, as ligas contra a mortalidade, com isso os médicos ganharam um papel preponderante nas discussões sobre a criança. A puericultura era considerada como a “ciência da família”, divulgava as normas racionais de cuidados com a infância, baseada nos princípios de eugenia

A influência jurídica policial traz o tema da chamada infância moralmente abandonada. A definição de parâmetros para a legislação trabalhista, que se desenvolvia naquele momento programou uma divisão entre medidas para os trabalhadores entendidos como beneficiários, e as medidas que passam a constituir o campo da assistência, voltadas para os mais pobres entendidos como assistidos. Os objetivos do Patronato de Menores, estabelecidos nos estatutos de 1909, eram:

fundar creches e jardins de infância; proporcionar aos menores pobres recursos para o aproveitamento do ensino público primário; incutir no espírito das famílias pobres os resultados da instrução; auxiliar os Juízes de Órfãos no amparo e proteção aos menores materialmente e moralmente abandonados etc.

Quanto à influência religiosa, a Igreja Católica anunciava a sua contribuição para o controle das classes trabalhadoras.

No ano de 1899, ocorreram dois fatos que permitiram considerar o marco inicial da história das instituições pré escolares. O primeiro foi à fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, instituição pioneira, de grande influência que posteriormente abriu filial por todo o país. O segundo foi à inauguração da creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (RJ), primeira creche brasileira para filhos de operários (KUHLMANN, 1998).

Conforme Kuhlmann (1998), na segunda metade do século XIX, as instituições de educação popular foram objeto de grande investimento, compondo um conjunto mais amplo do que o sistema escolar, envolvendo as creches e pré escolas, as escolas profissionalizantes, a educação de jovens e adultos e o ensino primário. Essas instituições destinaram-se às demandas sociais e tornaram-se portadoras de signos de preconceitos, pois eram destinadas aos mais necessitados, tinham objetivos educacionais associados a essa destinação específica, objetivos que almejavam disciplinar e apaziguar as relações sociais.

A escola primária desenvolveu-se de maneira distinta das demais instituições de educação popular, pois representava outras idéias ligadas às tradições do Iluminismo e da Revolução Francesa. Assim, ao lado da vontade de normalizar as classes trabalhadoras por meio da educação, associava-se a defesa da universalização do ensino – que promoveria a educação moral para todas as classes – como instrumento de cidadania e de fornecimento dos conhecimentos básicos necessários aos processos produtivos da sociedade industrial.

As instituições de educação infantil, diferentemente, tinham a característica de ser novidade, originadas do século XIX, muita delas propostas na perspectiva de atendimento exclusivo dos pobres. Na história do Jardim de infância, essas divisões sociais apareceram de maneira bastante clara, com o jardim para os ricos, em instituições particulares e as creches para os pobres (Kuhlmann 1998).

A história da educação infantil no Brasil, assim como em outros países ocidentais, também é marcada pela separação entre creches e pré-escolas e entre cuidado e educação. Quando surgiram, essas instituições elas tinham objetivos distintos e se destinavam a populações diferentes. Até o início do século XX, essas instituições se destinavam a cuidar dos filhos de mulheres solteiras, viúvas, abandonadas ou que precisavam trabalhar em função de sua situação de pobreza. Esses locais tinham como objetivo principal o cuidado, já os jardins de infância, que surgiram próximo ao final do século XIX no Brasil, eram instituições privadas e voltadas a crianças de classe média e média-alta, a partir dos 3 anos de idade. Essas pré-escolas eram dotadas de uma característica educacional, havendo uma preocupação com o desenvolvimento integral da criança, e não apenas com o cuidado (MARQUES, 2011).

A importância e as funções atualmente conferidas à educação Infantil no Brasil não estiveram sempre presentes nessas instituições, e também não são resultado de uma evolução natural do sistema de ensino. Elas estão ligadas a um conjunto de mudanças históricas, econômicas, políticas e sociais, além de estarem vinculadas a movimentos que defenderam a importância da educação nos primeiros anos de vida (MARQUES, 2011).

Ou seja, a Educação Infantil torna-se uma instituição fundamental para a sociedade moderna, pois as famílias, e em especial as mulheres, podem compartilhar com a sociedade a educação de seus filhos pequenos.

Com a ampliação do número de creches e pré-escolas surgiu estudos sobre as condições em que funcionavam essas instituições trouxeram à tona a preocupação com a qualidade da educação infantil. Esses estudos mostraram (Campos, Füllgraf e Wiggers, 2006 apud, Marques, 2011 p.21) a precariedade dos prédios, falta de materiais adequados e de projetos pedagógicos, baixa escolaridade e a pouca formação dos educadores que trabalhavam com as crianças pequenas.

A constatação da baixa qualidade da educação infantil somou-se à discussão acerca dos direitos da criança, levando diversos profissionais da educação, bem como grupos ligados as universidades, a formular, em 1986, os princípios do Movimento Nacional Criança e Constituinte. As propostas desse movimento, que defendia uma concepção de criança enquanto cidadã e sujeito de direitos refletiram-se em artigos e incisos da Constituição Brasileira de 1988. Com a promulgação

dessa lei, a educação infantil tornou-se direito garantido da criança desde seu nascimento até os 6 anos de idade e, juntamente com os demais direitos da criança, recebeu o caráter de prioridade absoluta. Os municípios se tornaram os principais responsáveis pela educação infantil e pelo ensino fundamental, e as creches foram reconhecidas como instituições educacionais (Didonet, 2007, apud Marques 2001, p.22).

As mudanças na história da educação infantil ocorreram com a promulgação da Lei Federal das Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 9.394), de 1996, esta incorporou a educação infantil (de 0 a 6 anos) ao sistema de educação brasileiro como primeira etapa da educação básica e passou a exigir formação mínima de Magistério ou, preferencialmente curso superior, para os professores de educação infantil. Com a nova LDB, a função das creches e pré-escolas passou a ser considerada complementar à ação da família, o que contribuiu para a educação e o cuidado das crianças pequenas. Conforme a LDB, 9.394:

Art. 29º. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

O texto da LDB manteve o uso dos termos creche e pré-escola, mas determinou que ambas devessem cumprir as mesmas funções: cuidado e educação. A distinção entre os dois termos, na LDB, está relacionada à atribuição de faixas etárias diferentes para essas instituições: o período de 0 a 3 anos para creches e a faixa etária de 4 a 6 anos para a pré-escola (MARQUES, 2011).

Com o objetivo de oferecer embasamento para os projetos pedagógicos das escolas de Educação Infantil, o Ministério da Educação e Cultura lançou, em 1998, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, documento que, em sua proposta, toma como referência a criança, enfatizando seu desenvolvimento em diferentes contextos sociais e culturais. No ano seguinte, outro documento importante foi criado: a Resolução nº1/1999, da Câmara de Educação Básica, que instituiu em as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Essa Resolução é clara ao afirmar que as instituições devem promover práticas de educação e cuidados, integrando os aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais da criança, entendendo-a como um ser completo e indivisível. Alguns anos

depois, foi aprovado ao Plano Nacional de Educação/2000, que prevê requisitos básicos de infra-estrutura para o funcionamento das escolas de educação infantil (MARQUES, 2011).

A lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que implantou o ensino fundamental de 9 anos com matrícula obrigatória de crianças a partir dos 6 anos de idade, trouxe uma nova mudança para a educação infantil que passou a atender a crianças de 0 a 5 anos de idade sendo as creches voltadas às crianças até 3 anos e as pré-escolas às crianças de 4 e 5 anos.

Outra legislação é a Resolução nº5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Segundo essas diretrizes as ações pedagógicas na educação infantil precisam considerar a criança pequena como um sujeito de direitos que constrói sentidos para o mundo a partir das suas interações e práticas cotidianas. Para atingir esses objetivos, a Resolução recomenda que as propostas pedagógicas na Educação Infantil organizem os materiais, espaços e tempos de forma a promover deslocamentos e movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos da escola. Além disso, segundo esse documento, as ações cotidianas na Educação infantil devem ter como eixos norteadores as interações entre crianças de diferentes idades e a brincadeira. Essa legislação ainda preocupa-se em determinar a continuidade dos processos de aprendizagem na transição da pré-escola para o Ensino Fundamental, mas sem antecipar conteúdos (MARQUES, 2011).

Temos por último as alterações proposta pela Emenda Constitucional nº 59 de 2009, mudou a definição da educação obrigatória, agora, a educação básica obrigatória é dos 4 aos 17 anos de idade, assegura inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. A emenda, também ampliou o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Campos (2010) nos chama a atenção para outros fatos que a emenda propõe: a redução dos recursos subtraídos pela DRU (Desvinculação das Receitas da União), dos recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, antiga demanda do setor educacional. E para a verdade que, crianças cada vez menores estão sendo matriculadas nos primeiros anos do ensino fundamental, sem

que as escolas e as práticas educativas sejam antes adaptadas para as especificidades de sua faixa etária.

Para que essas mudanças, a obrigatoriedade do ensino a partir dos 4 anos de idade e o ingresso antecipado no primeiro ano do ensino fundamental, contribuam para a democratização do acesso à leitura, à escrita e ao conhecimento, seria necessário que as normas legais fossem claras e também que ocorressem mudanças nas escolas, na formação dos professores e nos currículos (CAMPOS, 2010).

A educação infantil é dever dos Municípios e agora passa ser dever dos Estados. Entendida como a primeira etapa da educação básica, deve ser oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade. E as crianças que completam 6 anos após esta data também devem ser matriculadas na educação infantil.

Coelho (2010) nos diz que, a obrigatoriedade da matrícula/frequência pressupõe o inquestionável dever do Estado em relação à garantia de vagas, ou seja, a obrigatoriedade da família em matricular a criança pode ser efetivada se o Estado cumprir sua obrigatoriedade de ofertar a vaga.

A partir desta nova modificação referente a primeira etapa da educação básica, que ampliou a obrigatoriedade para o ensino em pré-escolas. Faz-se necessário uma pergunta. Se antes não era obrigatória a matrícula e as famílias já recorriam a essa modalidade da educação infantil, quais os motivos dessas famílias para matricularem seus filhos na escola? Qual a importância conferida à escola por estas famílias?

Essas perguntas são problematizadas, quando verificamos que a história do surgimento dessas instituições de educação infantil, foram devido às mudanças na organização das relações entre família e sociedade. Porém, minhas inquietações ainda versam sobre o que pensam as famílias sobre a importância da educação infantil como primeira etapa da educação básica?

A PESQUISA: PERCURSO E METODOLOGIA.

Com o objetivo de compreender o sentido atribuído pelas famílias à escola bem como verificar qual a importância desta etapa da educação para o processo de escolarização dos seus filhos. Conversei com a diretora da escola onde trabalho e também fiz o estágio curricular para verificar da possibilidade de fazer a pesquisa de campo

Neste sentido a pesquisa configura-se através de uma metodologia qualitativa. Através de minha inserção na instituição realizei a coleta de dados, com base em questionários aplicados às famílias de um grupo de crianças do Jardim A, pertencentes a uma Escola Municipal de Educação Infantil, situada na periferia urbana de Porto Alegre. Optei por não apresentar os nomes da instituição e das famílias das crianças.

Para Neves (1996), na pesquisa qualitativa a obtenção de dados descritivos se faz mediante o contato direto e interativo do pesquisador a situação objeto de estudo. Sendo freqüente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir, daí situe sua interpretação dos fenômenos.

Minha ligação com a escola iniciou-se em abril de 2010, quando fui nomeada para o cargo de monitora. No início deste ano, também realizei meu estágio curricular no turno inverso ao de trabalho, o que me proporcionou uma imersão na complexidade e na realidade da escola, bem como, um contato maior com as famílias. Fazer parte da equipe de trabalho da escola me deixou numa posição favorável, obtive bastante liberdade e acessibilidade para realizar a pesquisa.

Os estudos de pesquisa qualitativa diferem entre si quanto ao método, à forma e aos objetivos. Godoy (1995, apud Neves 1996, p.1) ressalta a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos e enumera um conjunto de características essenciais capazes de identificar uma pesquisa desse tipo, a saber: 1) o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; 2) caráter descritivo; 3) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador; 4) enfoque indutivo.

Esta terceira característica elucida bem o objetivo desta pesquisa - Conhecer o sentido atribuído pelas famílias às escolas de educação infantil? Estes

questionamentos surgiram devido a situações vivenciadas (reclamações, ausência das famílias na escola), que me levaram a problematizar: qual a importância, os sentidos da escola de educação infantil para estas famílias?

Quanto aos significados da pesquisa qualitativa:

“A expressão pesquisa qualitativa assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação.” (Maanen, 1979^a, apud Neves, 1996, p. 1).

O grupo do Jardim é constituído por 25 crianças, metade das crianças esta na escola desde o berçário, ou seja, pelo menos a 3 anos na escola. As demais entraram no maternal (cinco) e algumas entraram este ano (cinco). E, no início deste, segundo semestre de 2011, um aluno desistiu, então chamaram mais um aluno novo. No total seriam 25 famílias a pesquisar, porém quatro crianças não são freqüentes a escola. E, como em alguns casos, quem busca as crianças são os irmãos mais velhos (um ou dois anos a mais) não pude aplicar todos os questionários. No total foram 17 famílias que responderam.

Para aplicar os questionários foram utilizados quatro dias. Permaneci na escola durante os dois turnos. Como trabalho nesta escola pela tarde, troquei meu horário de trabalho, para conseguir falar com os pais no horário da saída das crianças. Neste horário, geralmente os pais não estão com pressa.

Inicialmente, eu pedia para conversar e convidava a passar na sala de reuniões de equipe. Então, me apresentava, falava da pesquisa e convidava para participarem. Ao aceitarem, pedia para assinarem o termo de consentimento e depois, passava para as perguntas, as quais eu anotava as respostas e impressões.

Para mim, estes momentos foram precedidos de nervosismo e ansiedade, durante as perguntas, também, fiquei um pouco nervosa. Tentava ficar calma e explicar as perguntas, sempre que percebia que alguém não havia entendido.

A formulação do questionário foi inspirada no questionário da pesquisa *“Qualidade da Educação Infantil: o que pensam e querem os sujeitos deste direito”* (com coordenação da equipe: Maria Malta Campos e Rita de Cássia Coelho, 2006).

Primeiramente, apliquei um questionário piloto, para verificar se estava adequado ou precisaríamos mudar alguma pergunta. O questionário (em anexo) continha 10 perguntas: três descritivas (por que coloquei meu filho na creche? Qual o papel da escola de educação infantil? Qual a contribuição da escola infantil para o futuro escolar do seu filho?) e sete de múltipla escolha (para classificarem entre muito importante, importante e pouco importante) sobre os aspectos da educação infantil que fossem mais relevantes.

Na primeira pergunta, descritiva, as famílias não tiveram dificuldade em responder. Porém, nas duas seguintes, eles tinham dificuldades em entender a pergunta. Então, eu procura explicar, sem induzir a uma resposta.

As respostas me surpreenderam positivamente, pois não acreditava que as famílias, se importassem com a escola e com suas funções desempenhadas.

A pesquisa qualitativa tem o caráter descritivo, assim, durante o percurso desta pesquisa, procurei descrever sobre: minhas inquietações e questionamentos que me levaram a este tema de pesquisa, sobre a turma, sobre as famílias pesquisadas e também sobre o percurso vivido neste período, procurando assim elucidar a realidade e a pesquisa.

O perfil das famílias pesquisadas.

No total foram 17 famílias pesquisadas, quanto aos graus de parentesco de quem respondeu ao questionário encontram-se: nove mães, dois pais, dois tios, três avós e uma bisavó.

Quanto à idade dos respondentes a maioria deles tem até trinta anos de idade, categoria que se enquadra quase todas as mães. Os maiores de 35 anos são: um pai, três avós e uma bisavó.

Quanto à escolaridade dos pesquisados, a minoria deles (sete) completou o Ensino Médio. A outra parte dos respondentes tem: Ensino Fundamental incompleto (cinco), Ensino Fundamental completo (dois) e Ensino Médio incompleto (três).

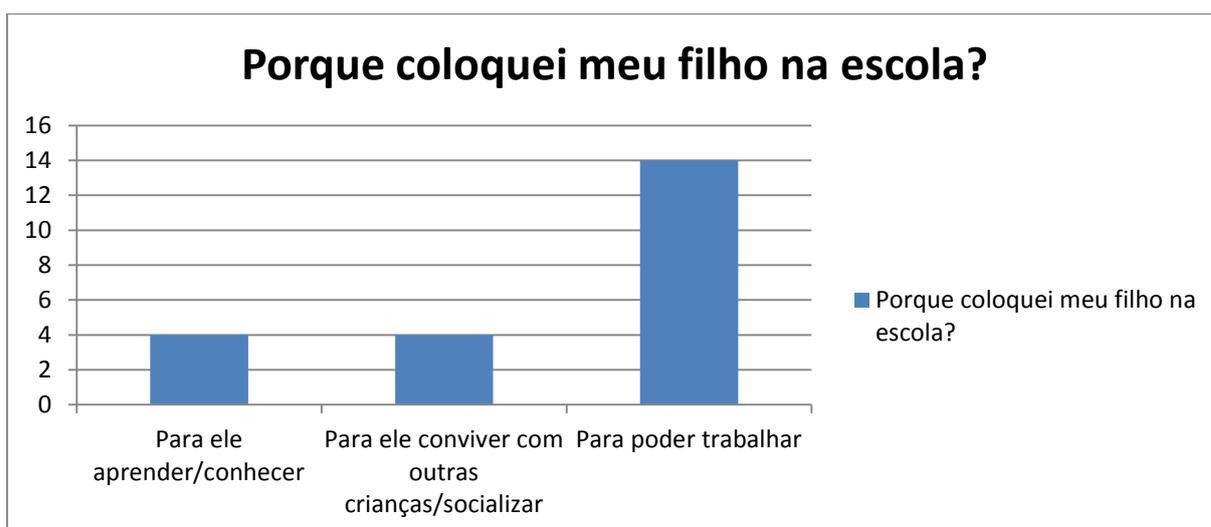
Através deste pequeno mapeamento quanto às idades e a escolaridade dos pesquisados, podemos considerar que a maioria das famílias é constituída por mães jovens até 31 anos e que a escolaridade entre os entrevistados na sua maioria é baixa.

QUAIS OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS PELAS FAMÍLIAS A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL?

No decorrer deste estudo, foi afirmado que creches e pré-escolas surgem a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram na sociedade: pela incorporação das mulheres à força de trabalho assalariado, na organização das famílias, num novo papel da mulher, constituindo uma nova relação entre famílias e sociedade. Mas, também por razões que se identificam com um conjunto de idéias novas sobre a infância, sobre o papel da criança na sociedade e de como torná-la, através da educação, um indivíduo produtivo e ajustado às exigências desse conjunto social (BUJES, 2001).

Discutidas as condições que possibilitaram a “invenção” das creches e pré-escolas, Bujes (2001) considera importante examinar a que objetivos elas se propõem e, a partir daí, verificar como elas se organizam para cumprir esta função. A autora nos diz que, a educação da criança pequena envolve simultaneamente dois processos complementares e indissociáveis: *educar e cuidar*.

Nesta pesquisa, quando as famílias são questionadas, “porque coloquei meu filho na creche?” aparecem diferentes respostas, o gráfico abaixo expressa três dimensões nas respostas das famílias pesquisadas.



A primeira refere-se à questão educativa, ao aprender, ao conhecimento das letras, do decodificação do alfabeto (ler, escrever).

- *“Para ser cuidada, pois a mãe trabalha e também para ela aprender, socializar e dividir”* (família17).

- *“Para trabalhar e pra ela aprender”* (família2).

Junqueira (2001) nos diz que, na educação infantil estaremos em processo, *lendo e escrevendo* com as crianças, ou seja, começaremos a exploração da linguagem escrita com elas e continuaremos a fazê-lo – sem compromisso ou o objetivo de alfabetizá-las – até o final deste período da escolaridade. Mas, isto não quer dizer, que não seja da nossa responsabilidade atender as demandas das crianças em relação à leitura e à escrita, muito pelo contrário, devemos estar preparados para responder às crianças à altura de sua curiosidade – para não desperdiçarmos suas potencialidades, para não lhes negar o conhecimento a que têm direito.

Quanto à segunda dimensão citada nas respostas: interação, socialização e convívio, estas dimensões também aparecem como motivo que levaram eles a colocar seus filhos na creche.

- *“Para interagir e conviver com outras crianças”* (família 9).

- *“Para conhecer o mundo, conviver com outras crianças”* (família 13).

“Piaget, Vygotsky, e Wallon tentaram mostrar que a capacidade de conhecer e aprender se constrói a partir das trocas estabelecidas entre o sujeito e o meio. As teorias sociointeracionistas concebem, portanto, o desenvolvimento infantil como um processo dinâmico, pois as crianças não são passivas, meras receptoras das informações que estão à sua volta. Através do contato com seu próprio corpo, com as coisas do seu ambiente, bem como através da interação com outras crianças e adultos, as crianças vão desenvolvendo a capacidade afetiva, a sensibilidade e a auto-estima, o raciocínio, o pensamento e linguagem. A articulação entre os diferentes níveis de desenvolvimento (motor, afetivo e cognitivo) não se dá de forma isolada, mas sim de forma simultânea e integrada” (FELIPE, 2001, p.27).

Ainda falando em interação, Bujes (2001) nos diz que a criança vive um momento fecundo, em que a interação com as pessoas e as coisas do mundo vai levando-a a atribuir significados àquilo que a cerca. Este processo que faz com que a criança passe a participar de uma experiência cultural que é própria de seu grupo social é o que chamamos de educação. No entanto, esta participação na experiência

cultural não ocorre isolada, fora de um ambiente de cuidados, de uma experiência de vida afetiva e de um contexto material que lhes dá suporte.

A última refere-se ao cuidado, devido à necessidade de trabalho. Este cuidado está vinculado ao desejo das famílias terem seus filhos “*bem cuidados*” quando precisam se ausentar em função do trabalho.

- “*Para ser cuidada, pois a mãe trabalha e também para ela aprender, socializar e dividir*” (família 17).

- “*Para trabalhar*” (família 8).

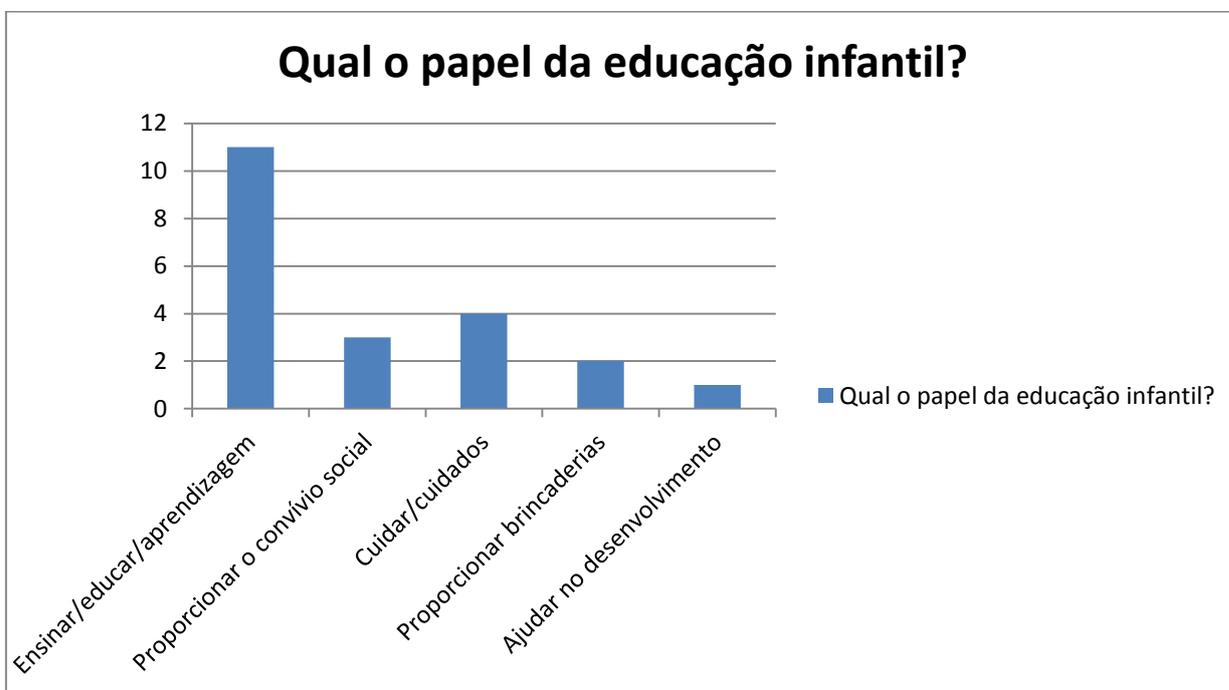
Este cuidado está vinculado ao desejo das famílias terem seus filhos “*bem cuidados*”, quando precisam se ausentar em função do trabalho.

As crianças desta faixa etária têm necessidades de atenção, carinho, segurança, sem as quais elas dificilmente poderiam sobreviver. Simultaneamente, nesta etapa, as crianças tomam contato com o mundo que as cerca, através das experiências diretas com as pessoas e as coisas deste mundo e com as formas de expressão que nele ocorrem. Sendo que esta inserção não seria possível sem que atividades voltadas simultaneamente para *cuidar e educar* estivessem presentes. O que se tem verificado, na prática, é que tanto os cuidados como a educação têm sido entendidos de forma muito estreita.

Cuidar tem significado, na maioria das vezes, a realização de atividades voltadas para os cuidados primários: higiene, sono, alimentação. Porém, o *cuidar* inclui preocupações que vão desde: a organização dos horários de funcionamento da creche, compatíveis com a jornada de trabalho dos responsáveis pela criança; organização do espaço, garantindo um ambiente acolhedor, seguro, alegre e instigador; adultos bem preparados e organizados para oferecer experiências desafiadoras e aprendizagens adequadas; atenção com os materiais que são oferecidos, como brinquedos e pelo respeito às manifestações da criança. Esses *cuidados* se organizam para que homens e mulheres que são pais e mães possam exercer de forma mais ampla seus papéis como tal, mas também como cidadãos, trabalhadores. Vendo os cuidados desta forma, nos ajuda a perceber que eles são indissociáveis de um projeto educativo para a criança pequena (BUJES, 2001).

Na segunda pergunta do questionário, sobre o papel da educação infantil, também, aparecem os aspectos relacionados ao ensino, ao cuidado e ao convívio social. Mas aparecem, também, outras dimensões - oportunizar brincadeiras e

ajudar no desenvolvimento – como significados dados pelos familiares ao papel da escola de educação Infantil. Respostas que podemos ver no gráfico abaixo.



Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/2009, as instituições de educação infantil devem proporcionar o desenvolvimento integral da criança.

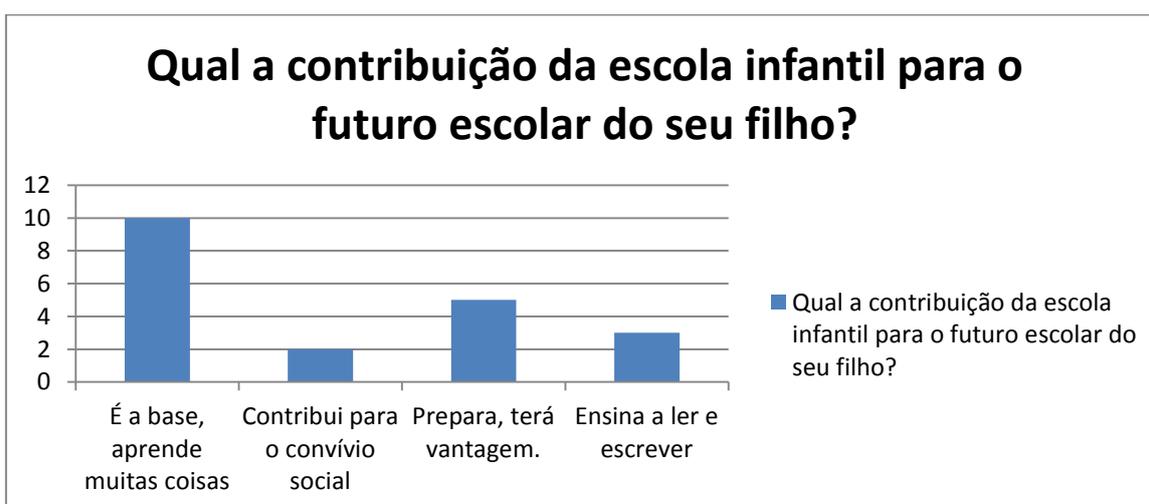
Art.3º, cap. IV – As Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil, ao reconhecer as crianças como seres íntegros, que aprendem a ser e conviver consigo próprios, com os demais e o próprio ambiente de maneira articulada e gradual, devem buscar a partir de atividades intencionais, em momentos de ações, ora estruturadas, ora espontâneas e livres, a interação entre as diversas áreas de conhecimento e aspectos da vida cidadã, contribuindo assim com o provimento de conteúdos básicos para a constituição de conhecimentos e valores (DCNEI/2009).

Quanto à dimensão da brincadeira como uma das funções a serem proporcionadas pela escola, Vygotsky enfatiza a importância do brincar e da brincadeira do faz-de-conta para o desenvolvimento infantil. Um exemplo seria, quando a criança coloca várias cadeiras uma atrás da outra dizendo tratar-se de um trem, percebe-se que ela já é capaz de simbolizar, pois as cadeiras enfileiradas representam uma realidade ausente, ajudando a criança a separar *objeto* de *significado*. Tal capacidade representa um passo importante para o desenvolvimento

do pensamento, pois faz com que a criança se desvincule das situações concretas e imediatas sendo capaz de abstrair (FELIPE, 2001).

Quanto ao desenvolvimento, para Vygotsky, a criança apresenta em seu processo de desenvolvimento um nível que ele chama de real e outro de potencial. O *nível de desenvolvimento real* refere-se as etapas já alcançadas pela criança, isto é, a coisas que ela já consegue fazer sozinha, sem a ajuda de outras pessoas. Já o *nível de desenvolvimento potencial* diz respeito à capacidade de desempenhar tarefas com a ajuda de outras. Há atividades que a criança não é capaz de realizar sozinha, mas poderá conseguir caso alguém lhe dê explicações, demonstrando como fazer. Cabe a escola fazer a criança avançar na sua compreensão do mundo a partir do desenvolvimento já consolidado, tendo como metas etapas posteriores, ainda não alcançadas (FELIPE, 2001)

Outro ponto investigado junto às famílias foi a contribuição da escola de educação infantil para o processo de escolarização. A maioria das famílias considera que a escola infantil é importante, pois a criança aprende várias coisas, como a escrita, a expressão através da linguagem plástica. Alguns salientam que “é a base”, e que as crianças ao freqüentarem a educação infantil, sairão mais preparadas devido aos conhecimentos e habilidades adquiridos. O gráfico a seguir destaca os aspectos ditos como contribuição da escola de educação infantil, para o futuro escolar.



Quanto à concepção da educação infantil como primeira etapa da educação básica, Didonet (2010) diz que essa definição é muito boa, situa a educação infantil

no conjunto da educação que constitui *a base da formação da pessoa*, o que lhe dá um estatuto de importância fundamental, ainda mais por ser a primeira etapa, isto é, aquela sobre a qual as duas seguintes se constroem.

Bujes (2001) problematiza a noção de *experiência educativa* que percorre as creches e pré-escolas, dizendo que tem variado bastante. Quando se trata de crianças das classes populares, muitas vezes a prática se volta para as atividades que têm por objetivo educar para a submissão, o disciplinamento, o silêncio, a obediência. De outro lado, mas de forma igualmente perversa, também ocorrem experiências voltadas para a “*escolarização precoce*”, igualmente disciplinadora, no seu pior sentido. Refere-se a experiências que trazem para a pré-escola, especialmente, o modelo da escola fundamental, as atividades com lápis e papel, os jogos ou atividades realizadas na mesa, a alfabetização ou a numeralização precoce, o cerceamento do corpo, a rigidez dos horários e da distribuição das atividades, as rotinas repetitivas, pobres e empobrecedoras.

A dimensão *educativa* apresentada por Bujes (2001) precisa ser problematizada, em especial no que se refere ao modo de ver a criança: como sujeitos que vivem um momento em que predomina o sonho, a fantasia, a afetividade, a brincadeira, as manifestações de caráter subjetivo. A infância passa a ser nada mais do que um momento de passagem, que precisa ser apressado. Ao considerarmos que a educação infantil envolve simultaneamente *cuidar e educar* percebe-se que esta forma tem conseqüências profundas na organização das experiências que ocorrem nas creches e pré-escolas, dando a elas características que vão marcar sua identidade como instituições que são diferentes da família, mas também da escola fundamental.

Para ampliar este estudo e compreender a importância dada pelas famílias à escola de educação infantil, recorreremos ao estudo feito por Campos, Bhering, Esposito, Gimenes, Abuchaim, Valle e Unbehaim (2011), onde apresentam os resultados de uma pesquisa de impacto, que avaliou a freqüência a escola de educação infantil para conseguir identificar diferenças no desempenho escolar de crianças no início do ensino fundamental.

Esta pesquisa constatou que: a criança se beneficia, tanto no presente como em sua escolaridade futura, da oportunidade de acesso à educação infantil, e esses

efeitos são tão mais positivos quanto melhor a qualidade dessa educação e são mais significativos para as crianças mais pobres.

O estudo também revelou que as crianças que freqüentaram a pré-escola alcançaram uma média mais alta na Provinha Brasil. Porém, os melhores desempenhos são alcançados, em média por alunos que freqüentaram pré-escolas de boa qualidade.

A quarta pergunta do questionário - *Você acha que a educação infantil é importante por quê?* Esta pergunta compreendia vários aspectos da educação infantil (interação entre as crianças, aprendizagem de diferentes conhecimentos, aprendizagem de regras de convivência, outras oportunidades, cuidados, e o preparo para o ensino fundamental) para classificarem entre: muito importante, importante e pouco importante.

A pesquisa constatou que a maioria das famílias respondeu para quase todos os aspectos, como “*muito importante*”. Neste sentido, as famílias consideram a educação infantil uma experiência educativa “*muito importante*”, legitimando-se como a primeira etapa da educação básica.

A educação infantil é uma necessidade da sociedade expressada por uma demanda social, responde a um imperativo da justiça social, obrigação legal e responsabilidade governamental em exercê-la, produz resultados educacionais significativos, sustentada pelas ciências ao desvelar a importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento, essencial na aprendizagem e na formação da pessoa como existência de benefícios sociais e econômicos significativos e como direito da criança (Didonet, 2002, apud Albuquerque 2006, p. 18).

Albuquerque (2006) nos diz que as discussões do campo econômico, no que se refere ao reconhecimento do “capital humano”, têm corroborado para considerar a importância de uma educação qualificada na primeira infância. Os discursos, tanto do Banco Mundial como das agências multilaterais, são unânimes em considerar que, a cada dólar investido na educação da primeira infância, são sete dólares economizados em projetos sociais no futuro.

Felipe (2001) afirma que o processo de constituição dos sujeitos no mundo da cultura é o que chamamos de educação – o fenômeno pelo qual a criança passa, não apenas a absorver a cultura do seu grupo, mas também a produzi-la e a ativamente transformá-la. Isso ocorre porque o modo pelo qual compreendemos o

mundo e atribuímos significado aos objetos que dele fazem parte é altamente dinâmico e se faz através de intensas trocas entre os sujeitos. Portanto, a educação não constitui um processo de transmissão cultural, mas de produção de sentidos e de criação de significados. A forma como as instituições escolares, entre elas as creches e pré-escolas, se organizam para produzir estes processos é o currículo.

A educação infantil legitima a expressa legislação, no que se refere ao direito das crianças, oportunizando as crianças, através de uma educação coletiva este mundo de cultura, aprendizagens, e significados.

A escolha das famílias por uma escola de educação infantil nos primeiros anos de vida é reconhecida como uma dimensão fundamental na vida das crianças que implica o cuidar e o educar, em suas múltiplas dimensões como expressas nas respostas dadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de compreender o sentido atribuído pelas famílias à escola de educação infantil para verificar a importância desta etapa da educação no processo de escolarização dos seus filhos. Visando, provocar novos olhares e reflexões sobre tema, bem como, contribuir para que a escola possa ser provocada na construção pedagógica para que dê conta das expectativas e necessidades das famílias.

O estudo permitiu constatar que a maioria das famílias pesquisadas recorre à Educação Infantil para poder trabalhar e consideram que ela tem o papel de ensinar, educar e oportunizar o desenvolvimento das crianças. Quanto à contribuição da educação infantil para o processo de escolarização de seus filhos expressam que “é a base”, por intermédio da qual as crianças aprendem e se desenvolvem, tendo em vista os diversos conhecimentos e interações entre seus pares no cotidiano da instituição. Neste sentido, para as famílias pesquisadas, a educação infantil consolida-se como uma experiência educativa “*muito importante*”, legitimando-se como a primeira etapa da educação básica.

Constatou-se, também, que apesar da ausência das famílias na escola - nas entregas das avaliações e/ou em reuniões - elas reconhecem e validam a importância da escola de educação infantil.

O tema de pesquisa surgiu, através de minhas incomodações e questionamentos, através destes, pude conhecer um pouco melhor as famílias da escola e responder as minhas inquietudes. Constatei, através da pesquisa, que a escola de educação infantil tem sim, valor e importância fundamental nos significados destas famílias.

Este estudo permitiu levantar novos questionamentos: Como a escola poderia aproximar as famílias? A escola infantil esta suficientemente disponível para as famílias?

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro, 1981.

ALBUQUERQUE, Simone S. Os Significados de Cuidado/Educação das Famílias em Relação às Crianças Pequenas. Projeto de tese de Doutorado. Porto Alegre, 2006.

CAMPOS, M. A educação infantil como direito. In: Insumos para o debate 2. Emenda Constitucional n.º 59/2009 e a educação infantil: impactos e perspectivas. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2010.

CAMPOS, Maria M.; e CRUZ, Silvia. Consulta sobre Qualidade da Educação Infantil: o que pensam e querem os sujeitos deste direito. São Paulo: Cortez, 2006.

CAMPOS, M.; BHERING, E.; ESPOSITO, Y.; GIMENES, N.; ABUCHAIM, B.; VALLE, R.; UNBEHAUM, S. A contribuição da educação infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental. In. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37, p.15-33, jan/abr. 2011.

CASANOVA, Letícia V. O que as crianças pequenas fazem na creche? As famílias respondem. Dissertação de Mestrado. Itajaí, 2011.

CRAIDY, Carmem. e KAERCHER, Gládis. Educação Infantil: Pra que te quero? Porto Alegre: Ed. Artmed 2001.

KUHLMANN, Moysés Jr. Infância e Educação Infantil uma abordagem histórica. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998

MARQUES, Fernanda. Concepções de crianças sobre a Educação Infantil. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Abril/2011.

SINGLY, François de. Sociologia da Família Contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

ANEXOS

RESULTADOS

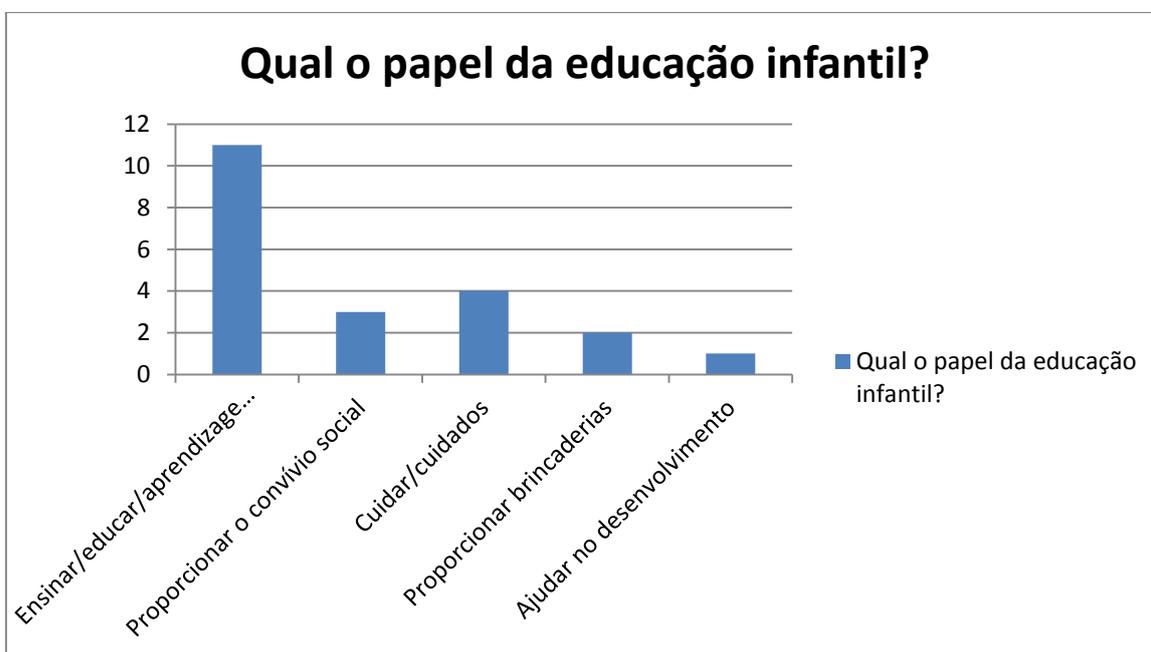
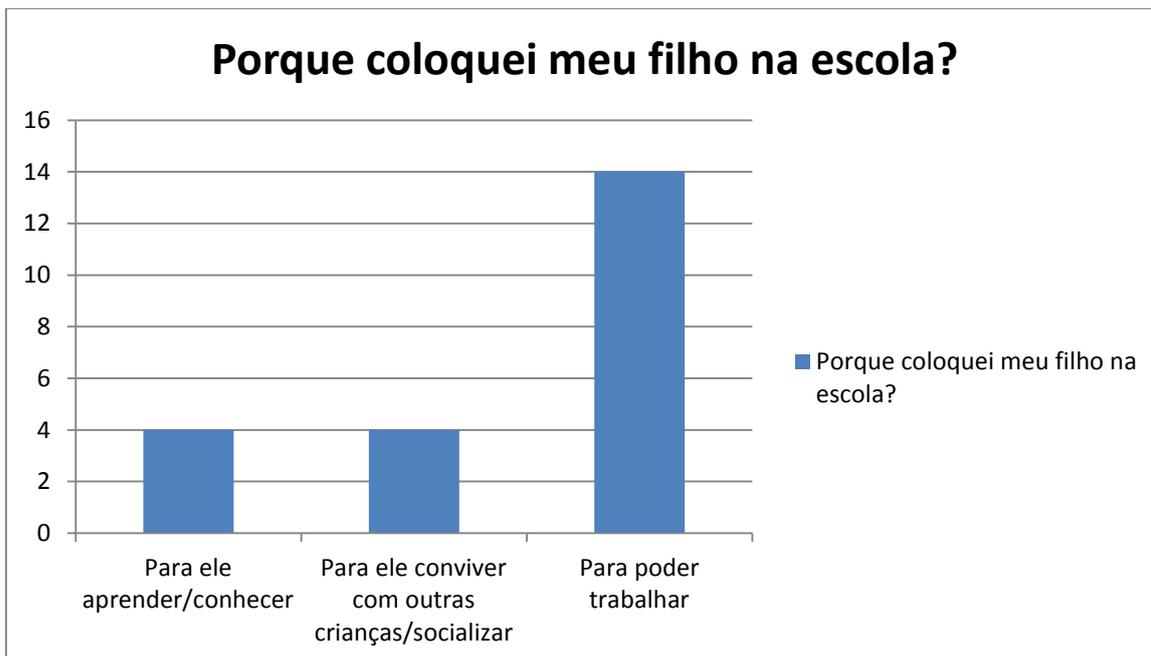
Perguntas	Família 1	Família 2	Família 3	Família 4	Família 5	Família 6	Família 7	Família 8
1) Por que coloquei meu filho na creche?	Para ela ter contato com outras crianças	Para trabalhar e pra ela aprender.	Por necessidade financeira.	Para poder trabalhar, estudar.	Precisava trabalhar. Tem bolsa do governo.	Precisava trabalhar.	Não tinha quem ficasse com ela.	Para trabalhar.
2) Qual o papel da escola de educação infantil?	Tá pintando, fazendo desenho	Ensinar	É Educar, é alimentação, a higiene.	Educação vem de casa... Para brincar.	Educar, convívio social.	Auxiliar no desenvolvimento da criança.	Educar e cuidar.	Formação do caráter, ensino, aprendizagem, para conviver.
3) Qual a contribuição da escola infantil para o futuro escolar do seus filho?	Foi muito importante, aprendeu bastante.	Ela aprende mais, é bom.	Conhece as letras, conhece mais.	Já sabe escrever, aprendeu bastante, já sabe as cores	Aprende muito, já saem bem avançado.	Contribui muito no desenvolvimento da criança pois através do convívio ela consegue interagir muito bem.	Encaminhar, aprende várias coisas.	É a base, as 1 ^o coisas ela aprende aqui, se desenvolve bem mais.
4) Você acha que a Educação Infantil é importante por que: 4.1) As crianças brincam com outras crianças.	Muito importante.	Muito importante.	Muito importante.	Muito importante.	Muito importante.	Muito importante.	Pouco importante.	Importante
4.2) As crianças aprendem diferentes conhecimentos (letras, números, ciências...)	Muito importante.	Muito importante.	Muito importante.	Importante	Muito importante.	Muito importante.	Muito importante.	Muito importante.
4.3) As crianças aprendem regras de convivência.	Muito importante.	Muito importante.	Importante	Pouco importante.	Muito importante.	Muito importante.	Muito importante.	Muito importante.
4.4) As crianças têm outras oportunidades (teatro, música,	Muito importante.	Muito importante.	Importante	Muito importante.	Muito importante.	Muito importante.	Importante	Muito importante.

parqueiros..)								
4.5) As crianças são bem cuidadas (alimentação, higiene e sono...)	Muito importante.	Muito importante.	Muito importante.	Importante	Muito importante.	Muito importante.	Muito importante.	Muito importante.
4.6) As crianças ficam melhor preparadas para o Ensino Fundamental.	Muito importante.	Muito importante.	Importante	Muito importante.	Muito importante.	Muito importante.	Muito importante.	Muito importante.
4.7) Outro aspecto a destacar	Não, tá tudo aí.	Não.	Não	Não, a escola é muito boa.	Não.	Não.	Não.	O desenvolvimento é muito.
Perguntas	Família 9	Família 10	Família 11	Família 12	Família 13	Família 14	Família 15	Família 16
1) Por que coloquei meu filho na creche?	Para interagir e conviver com outras crianças.	Para poder trabalhar.	Para trabalhar, não tinha com quem ficar.	Para trabalhar.	Para conhecer o mundo, conviver com outras crianças.	Para trabalhar.	Para trabalhar.	Para trabalhar.
2) Qual o papel da escola de educação infantil?	Ensinar.	Colaborar na aprendizagem.	Cuidar, auxiliar na educação.	Ajudar na educação, aprender a se comportar, brincar.	Incentivar, ensinar ...	Para fazer o papel que agente não pode fazer. Disciplina, educação.	Ensinar.	Ensinar a escrever, pintar.
3) Qual a contribuição da escola infantil para o futuro escolar do seu filho?	Já sai mais preparado, com conhecimentos, escreve o nome.	Sai com conteúdo, vai conseguir conviver melhor.	É a base, terá vantagem, com as coisas que aprendeu.	Saem mais instruídas, já sabendo ler.	Já sai formada, é o início.	Aqui é a base.	Muito boa, ótima, já sabe escrever.	Vai fazer bastante diferença.
4) Você acha que a Educação Infantil é importante por que: 4.1) As crianças brincam com outras crianças.	Muito importante.	Muito importante.	Muito importante.	Muito importante.	Muito importante.	Importante	Importante	Muito importante.

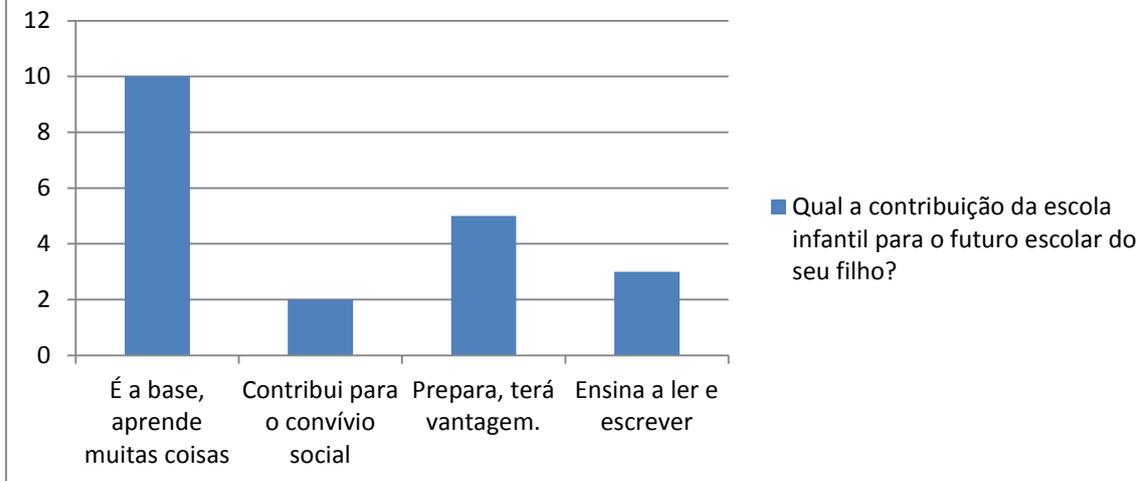
4.2) As crianças aprendem diferentes conhecimentos (letras, números, ciências...)	Muito importante.	Importante	Muito importante.					
4.3) As crianças aprendem regras de convivência.	Muito importante.							
4.4) As crianças têm outras oportunidades (teatro, música, passeios..)	Muito importante.	Importante	Importante	Muito importante.	Muito importante.	Importante	Muito importante.	Muito importante.
4.5) As crianças são bem cuidadas (alimentação, higiene e sono...)	Muito importante.							
4.6) As crianças ficam melhor preparadas para o Ensino Fundamental.	Muito importante.							
4.7) Outro aspecto a destacar	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não.	Não	Não.

Perguntas	Família 17
1) Por que coloquei meu filho na creche?	Para ser cuidada, pois a mãe trabalha e também para ela aprender, socializar e dividir.
2) Qual o papel da escola de educação infantil?	Ajuda a criança a interagir com o mundo e com os outros.
3) Qual a contribuição da escola infantil para o futuro escolar do seu filho?	Grande, oportuniza a visão do mundo, passeios, leitura, convívio com outras crianças. É fundamental.
4) Você acha que a Educação Infantil é importante por que:	Muito importante.
4.1) As crianças brincam com outras crianças.	
4.2) As crianças aprendem diferentes conhecimentos (letras, números, ciências...)	Muito importante.
4.3) As crianças aprendem regras de convivência.	Muito importante.
4.4) As crianças têm outras oportunidades (teatro, música, passeios...)	Muito importante.
4.5) As crianças são bem cuidadas (alimentação, higiene e sono...)	Muito importante.
4.6) As crianças ficam melhor preparadas para o Ensino Fundamental.	Muito importante.
4.7) Outro aspecto a destacar	Não.

GRÁFICOS



Qual a contribuição da escola infantil para o futuro escolar do seu filho?



4. Você acha que a educação infantil é importante por que:

4.1 As crianças brincam com outras crianças.



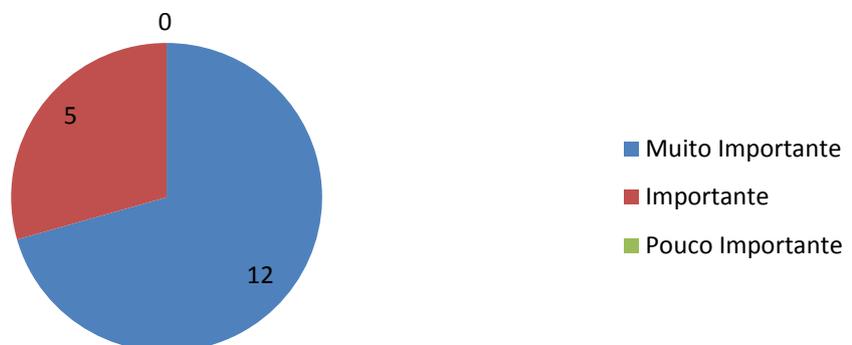
4.2 As crianças aprendem diferentes conhecimentos.



4.3 As crianças aprendem regras de convivência.



4.4 As crianças têm outras oportunidades.



4.5 As crianças são bem cuidadas.



4.6 As crianças ficam melhor preparadas para o Ensino Fundamental.

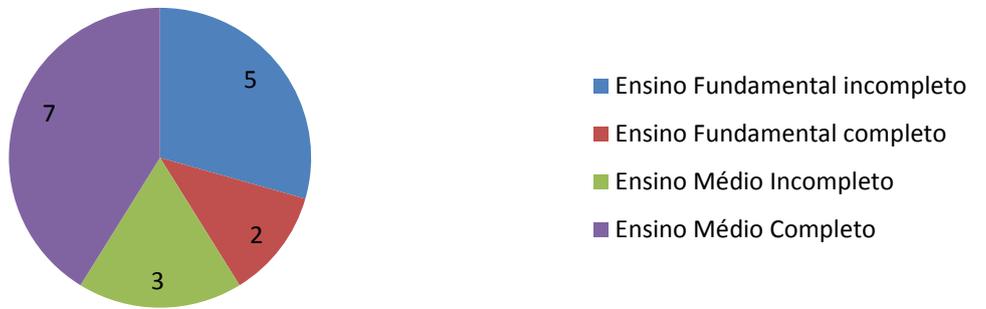


Outras informações:

Parentesco dos pesquisados.



Escolaridade.



Idade dos pesquisados.

